



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 4/XIII/ 2.ª SL

Aos 28 dias do mês de setembro de 2016, pelas 10 horas e 15 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. Distribuição de iniciativas legislativas;
2. Distribuição de iniciativas europeias;
3. **Apreciação e votação do Parecer sobre a Proposta de Lei n.º 30/XIII/2.ª (GOV) -** Proceder à primeira alteração à Lei da Organização do Sistema Judiciário, aprovada pela Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto;
Relator: Deputado José Silvano (PSD)
4. **Discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 15/XIII/1.ª (GOV) -** Proceder à 41.ª alteração ao Código Penal e transpõe a Diretiva n.º 2014/62/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014, relativa à proteção penal do euro e de outras moedas contra a contrafação e que substitui o Decisão-Quadro 2000/383/JAI do Conselho;
5. **Apreciação e votação de relatórios sobre a seguinte iniciativa europeia:**
 - **COM (2016) 442 – Proposta de Decisão do Conselho que estabelece um quadro plurianual para a Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia para 2018-2022 Apresentação e apreciação de propostas para o plano de atividades da 2.ª sessão legislativa;**
Relatora: Deputada Elza Pais (PS)
6. **Apreciação e votação do Relatório Final da Petição n.º 540/XII/1.ª - Solicitam que os responsáveis pela prática/tradição "Queima do Gato" sejam punidos e a tradição seja abolida;**
Relator: Deputado Pedro Delgado Alves (PS)
7. **Apresentação e apreciação de propostas para o plano de atividades da 2.ª Sessão Legislativa;**
8. **Apreciação e ratificação de pareceres da Subcomissão de Ética;**
9. **Outros assuntos.**

12 Horas

Audição da Senhora Ministra da Administração Interna para prestar esclarecimentos acerca das implicações decorrentes da demissão do Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil, nomeadamente no que concerne à eficácia no combate aos incêndios florestais, bem como sobre a inexistência, até à data, de resolução do Conselho de Ministros a aprovar um regime de exceção que permita aos bombeiros que trabalham na função pública faltar ao serviço, sem limites de faltas, para poderem acorrer ao combate aos incêndios na altura mais crítica do ano, e, ainda, sobre notícias que vieram a público dando conta de que o Ministro das Finanças iria inviabilizar a formação de 500 novos polícias devido a constrangimentos orçamentais.

(Requerimentos apresentados pelos GP do PSD e do CDS-PP)

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Bacelar de Vasconcelos, e não havendo iniciativas legislativas a distribuir, passou-se à distribuição das seguintes iniciativas europeias:

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 4/XIII/ 2.^a SL

Título do Documento	Deputado Relator	Data-limite de envio à CAE:
COM(2016)466 - Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece normas relativas às condições a preencher pelos nacionais de países terceiros ou apátridas para poderem beneficiar de proteção internacional, bem como normas relativas ao estatuto uniforme dos refugiados ou pessoas elegíveis para proteção subsidiária e ao conteúdo da proteção concedida, e que altera a Diretiva 2003/109/CE do Conselho, de 25 de novembro de 2003, relativa ao estatuto dos nacionais de países terceiros residentes de longa duração.	Deputado Fernando Negrão (PSD)	19.10.2016
COM(2016)467 - Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que institui um procedimento comum de proteção internacional na União Europeia e que revoga a Diretiva 2013/32/EU.	Deputado Fernando Negrão (PSD)	19.10.2016
COM(2016)468 - Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que institui o Quadro de Reinstalação da União e altera o Regulamento (UE) n.º 516/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho.	Deputado Fernando Negrão (PSD)	19.10.2016

No ponto seguinte da ordem do dia, foi apreciado o parecer sobre a [Proposta de Lei n.º 30/XIII/2.^a](#) (GOV) - [Procede à primeira alteração à Lei da Organização do Sistema Judiciário](#), aprovada pela Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto, que foi apresentado pelo respetivo relator, Senhor Deputado José Silvano (PSD). Após um breve debate, em que interveio o Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS), o parecer foi submetido a votação, nas suas I e III partes, e aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

No quarto ponto da ordem do dia, procedeu-se ao adiamento, para a reunião seguinte, da discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 15/XIII/1.^a (GOV) - [Procede à 41.^a alteração ao Código Penal e transpõe a Diretiva n.º 2014/62/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014, relativa à proteção penal do euro e de outras moedas contra a contrafação e que substitui o Decisão-Quadro 2000/383/JAI do Conselho](#), a requerimento do Senhor Deputado do PCP António Filipe,



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 4/XIII/ 2.ª SL

que manifestou ter dúvidas quanto à proposta do Governo de revogação da punibilidade da tentativa, prevista no n.º 3 do artigo 265.º do Código Penal, questão que deveria ser reponderada e devidamente esclarecida, tendo os Senhores Deputados Filipe Neto Brandão (PS) e Carlos Abreu Amorim (PSD) concordado com essa necessidade de reponderação

No quinto ponto da ordem do dia, foi apreciado o relatório sobre a proposta de Decisão do Conselho que estabelece um quadro plurianual para a Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia para 2018-2022 [[COM \(2016\) 442](#)] , que foi apresentado pela respetiva relatora, senhora Deputada Elza Pais (PS). Após uma curta intervenção do Senhor Deputado Fernando Negrão (PSD), o relatório foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

Seguiu-se a apreciação do relatório final da [Petição n.º 540/XII/4.ª](#) - Solicitam que os responsáveis pela prática/tradição "Queima do Gato" sejam punidos e a tradição seja abolida, que foi apresentado pelo respetivo relator, Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS). No debate que se seguiu, intervieram, além do Senhor Presidente, os Senhores Deputados Carlos Abreu Amorim (PSD), José Manuel Pureza (BE), António Filipe (PCP) e José Silvano (PSD). No final, submetido a votação, o relatório final foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

No sétimo ponto, foi apreciada a proposta de plano de atividades da 2.ª sessão legislatura, com a inclusão das sugestões apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PCP e, oralmente, pelo Senhor Presidente da Comissão, tendo no final sido aprovada por unanimidade, na ausência do PEV.

Não havendo pareceres da Subcomissão de Ética a apreciar nem nenhum outro assunto a abordar, após uma curta interrupção, teve início a audição da Senhora Ministra da Administração Interna (Constança Urbano de Sousa) – que se fez pelo Senhor Secretário de Estado da Administração Interna (Jorge Gomes) -, para prestar esclarecimentos acerca das implicações decorrentes da demissão do Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil, nomeadamente no que concerne à eficácia no combate aos incêndios florestais, bem como sobre a inexistência, até à data, de resolução do Conselho de Ministros a aprovar um regime de exceção que permita aos

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 4/XIII/ 2.ª SL

bombeiros que trabalham na função pública faltar ao serviço, sem limites de faltas, para poderem acorrer ao combate aos incêndios na altura mais crítica do ano, e, ainda, sobre notícias que vieram a público dando conta de que o Ministro das Finanças iria inviabilizar a formação de 500 novos polícias devido a constrangimentos orçamentais, a requerimento dos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP.

Começaram por usar da palavra os Senhores Deputados Carlos Abreu Amorim (PSD) e Telmo Correia (CDS-PP), com o objetivo de expor o teor, respetivamente, dos dois requerimentos apresentados pelo Grupo Parlamentar do PSD e do requerimento apresentado pelo Grupo parlamentar do CDS-PP, tendo a Senhora Ministra prestado os devidos esclarecimentos.

Seguiu-se uma ronda de questões das Senhoras e dos Senhores Deputados Carlos Abreu Amorim (PSD), Filipe Neto Brandão (PS), José Manuel Pureza (BE), Sandra Cunha (BE), Telmo Correia (CDS), Vânia Dias da Silva (CDS) e Jorge Machado (PCP), as quais foram respondidas conjuntamente pela Senhora Ministra da Administração Interna e pelo Senhor Secretário de Estado da Administração Interna, tendo o Senhor Presidente, no final, agradecido a presença e os contributos dados.

A audição foi gravada em [vídeo](#) e transmitida pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 14 horas e 10 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 28 de setembro de 2016

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



(Bacelar de Vasconcelos)



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 4/XIII/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
António Filipe
Bacelar de Vasconcelos
Carlos Abreu Amorim
Elza Pais
Fernando Anastácio
Fernando Negrão
Filipe Neto Brandão
Isabel Alves Moreira
Jamila Madeira
José Luís Ferreira
José Manuel Pureza
José Silvano
Luís Marques Guedes
Pedro Delgado Alves
Sandra Cunha
Sara Madruga da Costa
Telmo Correia
Teresa Moraes
Vânia Dias da Silva
Hugo Lopes Soares
Jorge Lação
Maria Germana Rocha
Pedro Pimpão

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes
Carlos Peixoto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

António Gameiro
Paulo Rios de Oliveira